

ESTEREÓTIPO E ALTERIDADE: A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO *OUTRO* NAS “INVESTIGAÇÕES JORNALÍSTICAS” DE JOÃO DO RIO

João FREIRE FILHO¹

- RESUMO: A série dos “mistérios da cidade” despontou por volta de meados do século XIX como uma rubrica literária de sucesso na Europa e nos Estados Unidos. As metrópoles (com seus contrastes sociais, suas novas formas de deliquescência) eram as protagonistas desses romances que endossavam e traduziam os saberes das disciplinas científicas emergentes. Inspirado pela tremenda popularidade de *Les mystères de Paris* (1843), de Eugène Sue, e seus epígonos, João do Rio adaptou o estilo e a temática do gênero às condições locais. *A alma encantadora das ruas* (1908) descreve o novo Rio de Janeiro polarizado entre os esnobes de classe alta e os pobres degradados e, em regra, viciosos. O lado sombrio da cidade dos despossuídos é representado como um **continente negro**, povoado por primitivos nativos, capaz de despertar, ao mesmo tempo, desejo e asco. Por esse motivo, argumento, neste ensaio, em contraste com as opiniões canônicas, que as “investigações jornalísticas” do autor carioca devem ser encaradas pelos historiadores culturais não como um retrato acurado e solidário da vida social e cultural das classes baixas, mas como uma valiosa fonte de informação sobre ideologias e ansiedades, conflitos morais e ambigüidades sexuais do novo leitor urbano.
- PALAVRAS-CHAVE: João do Rio; história cultural; representação literária; estereótipo; alteridade; classes baixas; leitor burguês.

João do Rio soube, como ninguém, capitalizar os contrastes cariocas. Sua pena hiperativa retratou a **cidade moderna** dos sonhos dos médicos, educadores e engenheiros, pautada pela ordem e pelo progresso, e as **cidadelas do atraso**, de onde ecoava o som dos tambores da barbárie, guarida das “camadas inferiores da nossa sociedade”, de “espírito bárbaro e irrequieto”, “imoderado e bruto, sanguinário e brigão”, espírito “onde a instrução penetra a custo”, “vindo de velhos tempos de domínio estrangeiro, quando se tomava como matéria-prima para colonização, entre elementos raciais opostos, a massa triste dos degredados” (EDMUNDO, 1957, p. 322).

Os tipos modelares desses **bárbaros** que afligiam a elite carioca foram catalogados, com esmero de inventário, em *A alma encantadora das ruas* (lançado em 1908): ladrões sem pousada; imigrantes esfaimados; vagabundos; desordeiros; ledoras de *buena dicha*; tatuadores; caçadores de gato (“para matar e levar aos *restaurants*, já sem pele, onde passam por coelhos”) (RIO, 1987, p. 25); pintores de

¹ Departamento de Fundamentos da Comunicação – Escola de Comunicação – UFRJ – 21941-590 – Rio de Janeiro – RJ – jofreirefilho@hotmail.com

rua; poetas da calçada; vendedores e músicos ambulantes; estivadores de “mão degenerada pelo trabalho” (RIO, 1987, p. 107); *pivettes*; trabalhadores que serviam às descargas de carvão e minério na Baía da Guanabara (“seres embrutecidos, incapazes de ter idéias”; “não têm nervos, têm molas; não têm cérebros, têm músculos hipertrofiados”) (RIO, 1987, p. 114); mendigos; rufiões e meretrizes de galho de arruda atrás da orelha...

As fileiras desse “exército de infelizes” eram engrossadas, ainda, por todo um contingente populacional que esmiuçava seu ganha-pão nos ralos e ciscos da grande cidade, no monturo das fábricas importantes, dos ferros-velhos e do baixo comércio (por “miséria ou malandrice”, “condições da vida ou do próprio temperamento” (RIO, 1987, p. 24). Eram eles catadores de papéis, de cavacos e de chumbo; ratoeiros; ciganos vendedores de calças velhas e anéis de *plaquet*; apanha-rótulos; selistas; trapeiros das fábricas de papel e de móveis.

Expressando uma posição que já se tornou canônica, Grieco (1933, p. 177) argumentou que o “trabalho de psicologia urbana” de João do Rio era bem o “reflexo do gênio bestial ou sentimental da turba; da inalterável adolescência dos plebeus que fumam e bebem, alheios às prédicas do Exército da Salvação, do tumulto das luzes da cidade, com seus cafés, os seus lupanares, os seus teatros e as suas casas de tavolagem”. A verdade, porém, é que esses **flagrantes jornalísticos** (tentativas de conferir uma identidade e uma imagem pública aos pobres e à pobreza) refletem mais as aflições, as inseguranças políticas, culturais, morais e sexuais das camadas aburguesadas cariocas, do que a pretensa “índole” da turba.

A alma encantadora das ruas reúne textos publicados no jornal *Gazeta de Notícias* e na elegante e cara revista ilustrada *Kosmos*, órgãos de imprensa cujo respeitável público leitor era composto, basicamente, por mulheres da elite e dos setores médios que imitavam a elite, e por um contingente masculino de estudantes, escritores e candidatos a escritores (NEEDEL, 1993, p. 229-30). Em suas incursões pelo lado “viscoso de imundícies e de vícios” da Capital Federal, nosso repórter admitia estar repetindo um gesto que era quase uma “lei” entre seus colegas franceses: guiar a “gente chique” num passeio excitante e seguro por “lugares macabros”, levando-os a conhecer “um pouco do trágico horror que a miséria tece na sombra da noite por essa misteriosa cidade” (NEEDEL, 1993, p. 119).

O autor deixava patente, aí, a filiação de suas crônicas-reportagens à atmosfera crepuscular da sortida série d’*Os mistérios*, impulsionada pela repercussão do folhetim de Eugène Sue, *Les mystères de Paris* (junho de 1842 a outubro de 1843). Dramatização de impactantes estudos sociais da época (são mencionados explicitamente pelo autor os *Annales d’hygiène publique et de médecine légale*, editados por Parent-Duchâtelet, e *Des classes dangereuses dans la population des grand villes*, em 1840, de Frégier), *Os mistérios* se apresentaram, a princípio, como uma exploração

pitoresca dos *bas-fonds* parisienses. Seu intuito era o enredar os leitores dos *beaux-quartiers* no grande *frisson* do medo social, tirando proveito da “timorata curiosidade, que às vezes excita os espetáculos terríveis”.

A narrativa transportava, para o cenário do caos urbano, a atmosfera do romance gótico inglês (é possível que o título seja uma referência a *The Mysteries of Udolpho*, de Ann Radcliffe) e do **romance de aventuras coloniais**, em que a irredutível estranheza de um Outro Mundo avulta como ameaça para o mundo civilizado e seus valores. Tratava-se, agora, porém – adverte Sue, logo na abertura – de uma ameaça ainda mais medonha, porque palpável, logo ali à porta: os **bárbaros internos**, homens e mulheres com uma linguagem própria, “cheia de imagens funestas, metáforas de onde pinga sangue” (THIESSE, 1980, p. 54) e “tão fora da civilização quanto os povos selvagens [...] pintados por Cooper” (MEYER, 1996, p. 74-75).

O narrador-repórter de *A alma encantadora das ruas* assume uma postura que, de fato, lembra a do velho etnógrafo colonialista: infiltrando-se destemidamente “pelos meios mais primitivos”, ele observa (com repulsa e fascínio) os modos, as crenças e os costumes “estranhos”, “exóticos”, de uma gente desconhecida, interpretando-os com a autoridade da **experiência autêntica**. Seu relato vai dar expressão condimentada às pressuposições fantasmagóricas dos leitores sobre o “horror” (e as “compensações”) da vida humilde “na vasta Babel que se transforma” (RIO, 1987, p. 119).

Não é o caso de sancionar integralmente, aqui, os exageros wildeanos do próprio João do Rio, a respeito do folhetim francês:

Lembra-se de Eugène Sue, quando escreveu *Os Mistérios de Paris*? Não havia nada daquilo, mas Paris inteira descobriu-se desgraçada, e até o calão inventado pelo elegante ‘*sportman*’ e comensal d’Orsay passou a ser falado nas classes pobres. Sugestão literária. (RIO, 1909, p. 1)

O que me interessa, neste artigo, é frisar as estratégias discursivas de *Alma encantadora das ruas* para representar a ambiência sócio-cultural de nosso misterioso **continente negro** e sua relação com o horizonte de expectativas do público leitor.

Impressiona, de chofre, a ênfase obsessiva na descrição do aspecto **latrinário, lodacento** da “gente inferior”, alcunhada, a certa altura, de “entulho humano” (RIO, 1987, p. 123). Conforme registram Stallybrass & White (1986, p. 139), o olfato aparece como um sentido particularmente significativo na percepção e interpretação das cidades ocidentais do século XIX: “*It was, primarily, the sense of smell which enraged social reformers, since smell, whilst, like touch, encoding revulsion, had a pervasive and invisible presence difficult to regulate.*” Médicos ingleses atribuíam à influência do mau cheiro a perda de apetite e uma sensação geral de depressão e mal-estar; Chadwick, o grande sanitário reformista, sustentava, por sua vez, que “*all smell is, if it be intense, immediate disease, and eventually we may say that, by*

depressing the system and making it susceptible to the action of other causes, all smell is disease” (CHADWICK apud STALLYBRASS & WHITE, 1986, p. 139).

A náusea provocada pelos odores que emanavam dos *bas-fonds* cariocas ganha, em *A alma encantadora das ruas*, intensidades alucinatórias. Nos “cavis horrendos” (RIO, 1987, p. 120) da Rua Misericórdia, “o mau cheiro era intenso”, “o mau cheiro aumentava”, a “respiração tornava-se difícil” (p. 121), tapava-se o nariz em vão, “todas as respirações subiam, envenenando as escadas, e o cheiro, o fedor, um fedor fulminante, impregnava-se nas nossas próprias mãos, desprendia-se das paredes, do assoalho carcomido, do teto, dos corpos sem limpeza” (p. 122). Com a mesma verve é apresentado o agrupamento de populares defronte ao portão da Casa de Detenção, no dia de visitas: “Um cheiro especial, misto de fardado de negros e de perfumes baratos, de suores de mulheres e de roupa suja, enerva, dá-nos visões de pesadelo, cristações de raiva.” (p. 150).

Toda essa secreção nauseabunda que escoava pelos becos estreitos da cidade dinamizava as síndromes de **pureza e perigo**, estudadas por Douglas (1976), no seu clássico da antropologia cultural. Argumenta a autora que a sujeira é, essencialmente, desordem, desequilíbrio, desafio à sistematizações e fronteiras; tudo aquilo que ofende o senso esteticamente agradável e moralmente tranquilizador da harmonia (não por mera coincidência, “sujo” e “porco” são designações populares, no Brasil, para o coisa-ruim, o Pai da Mentira, o Senhor das Moscas, o capeta). A preocupação com a pureza e a luta obstinada contra a sujeira constituem, segundo Douglas, características universais dos seres humanos, mas, embora os modelos de pureza, os padrões a serem conservados variem de uma época para a outra e de uma cultura para a outra, cada época e cada cultura tem um certo modelo de pureza e um certo padrão ideal que devem ser zelosamente resguardados de disparidades genuínas ou imaginárias.

Não há, conforme ratifica Bauman (1998, p. 13-48), nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles lugares que elas não ocupariam “naturalmente”, por sua espontânea vontade. Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão-somente sua relutância em permanecer no lugar idealizado para elas, revelando a fragilidade de todos arranjos destinados a criar ou conservar um ambiente regular e estável, propício à ação sensata. **Imundos** são, portanto, todos aqueles que não se encaixam no mapa cognitivo, moral e/ou estético do **mundos**. Quem não se recorda, por exemplo, dos adjetivos usados pelo escritor Isaias Caminha, ao descrever o instante em que virou fumaça a exaltada representação que guardava de si mesmo? Tratado de “mulatinho”, desqualificado, rebaixado por não sei quantas outras humilhações e ofensas, ele parecia, ao próprios olhos, “sujo, imperfeito, deformado, mutilado e lodoso” (BARRETO, 1984, p. 51).

Nem mesmo era preciso, pois, que os segmentos populares estivessem efetivamente implicados em badernas, revoltas ou quebra-lampeões, como, de fato, ocorreu, algumas vezes, durante a *Belle Époque* (MENEZES, 1966, p. 118-27; SEVCENKO, 1983, p. 53-4, 66-8; CARVALHO, 1987, p. 99-139; NEEDELL, 1987; MEADE, 1997); a simples visão dos representantes dos estratos inferiores, extáticos nas calçadas ou perambulando sem emprego pelas ruas, acionava, nas classes superiores interessadas no estabelecimento de uma nova ordem, o **comportamento de poluição** – fórmula com que Douglas define a reação de defesa frente aos “agentes poluidores”, frente a qualquer objeto ou idéia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais (o **fora-de-lugar**, o **híbrido**, o **mestiço**, o **informe**).

Em *A alma encantadora das ruas* – privilegiada via de acesso ao imaginário das elites sobre o “submundo carioca” – a ralé desponta como uma embrulhada grotesca, uma mistura espantosa de natureza e cultura, de animalidade e humanidade. Eis, aqui, a descrição de um velho cocheiro que dormitava na boléia de um “*vis-à-vis* pré-histórico”:

O ventre, um ventre fabuloso, parecia uma talha que lhe tivessem entalhado ao tronco; as pernas, sem movimento, pendiam como traves; os braços, extremamente desenvolvidos, eram quase maiores que as pernas; e a caraça vermelha, como tons violáceos, lembrava os cartões alegres do Carnaval. (RIO, 1987, p. 71).

Na galeria superior da Detenção, topávamos com um “panorama sinistro e caótico” – nus ou em ceroulas, agitados e delirantes, conviviam, numa promiscuidade hedionda, “negros degenerados”, “mulatos com contrações de símios”, “cretinos babando um riso alvar” (RIO, 1987, p. 146). Nos cubículos femininos, o panorama era igualmente dantesco:

Há caras vivas de mulatinhas com olhos libidinosos dos macacos, há olhos amortecidos de bode em faces balofas de aguardente, [...] e no meio dessa caricatura do abismo as cabeças oleosas das negras, os narizes chatos, as carapinhas imundas das negras alcoólicas. (RIO, 1987, p. 165).

Na enfermaria, uma doente “pequena, feia, magra, olheirenta” convalescia “espapaçada na cama como uma das múmias americanas que o Museu guarda na sua seção de etnografia” (RIO, 1987, p. 167).

Quem examina, um pouco mais detidamente, a construção ideológica da alteridade cultural/histórica/racial do “populacho”, em *A alma encantadora das ruas*, percebe que a cadeia estereotípica se mantém mais ou menos fiel aos motivos centrais da teoria da **degeneração** (junto com a idéia cognata da **decadência**, a mais dominante obsessão do *fin-de-siècle*). Nenhum homem de idéias da época ousou negligenciar o tema: médicos, biólogos, zoólogos e antropólogos (principais membros das novas profissões científicas), intelectuais, artistas, representantes de todas correntes de

pensamento, atormentavam-se com a perspectiva fúnebre de que as transformações econômicas e sociais já não representassem a evolução da sociedade, mas o seu oposto (SWART, 1964; DARMON, 1991; BORGES, 1993, p. 235-9; HERMAN, 1999, p. 119-55).

A Europa industrializada, exaurida pelos excessos da civilização, era um corpo doente, moribundo. Por trás do declínio autogerado da modernidade, ocultava-se a parte primitiva e atrasada da alma humana. O atavismo (do latim *atavus*, “ancestral distante”), pedra fundamental da teoria da degeneração, pregava que todo organismo abrigava certas características “perdidas”, prontas para vir à tona sob condições específicas, sendo então repassadas aos descendentes. Trabalhadores pobres e desempregados deixavam mais à mostra os “estigmas” do progresso; “inválidos da civilização”, ameaçavam tragar a sociedade com seu crescimento numérico. Eram eles os mais vulneráveis às influências nocivas das grandes cidades industriais – influências de origem patológica (aumento da tuberculose e da sífilis) ou social (industrialização, urbanização, pauperismo, desregramento de costumes, alcoolismo, tabagismo). Caso essas forças do mal seguissem triunfando sobre as forças do bem, logo, logo, a humanidade teria que se haver com uma legião de “imbecis”, “histéricos”, “tarados”, “cretinos”, cuja multiplicação anunciaria o fim dos tempos.

A descoberta em outrem de traços atávicos indicativos do que Darwin chamara de “reversão” se converteu no passatempo predileto dos intelectuais oitocentistas; tendências degenerativas foram detectadas a torto e a direito. Uma antologia de narrativas literárias sobre a mutação humana foi produzida à época, algumas delas bastante populares até hoje. Dijkstra nos mostra como essas ficções eram – ao invés de fantasias inconscientes, ingênuas ou espontâneas – reconhecíveis adaptações das teorias científicas acerca da inerente desigualdade de classe, gênero e raça:

Transformations of Robert Louis Stevenson's civilized Dr. Jekyll into the brutal, licentious, Cro-Magnon Mr. Hyde undoubtedly made perfect sense to informed turn-of-the-century readers. Hyde takes on the 'normal' features of a member of the 'lower orders'. (DIJKSTRA, 1996, p. 94)

As sociedades européias – a francesa, *surtout* – forneceram aos brasileiros tanto o ideal de sua civilização quanto a base dos diagnósticos científicos da evolução e do declínio social. As idéias sobre a degeneração fermentadas no Velho Mundo pareciam não ter sabor de oximoro nos meios cultos da jovem nação brasileira; foram absorvidas e repaginadas pelos médicos e intelectuais nativos, difundido-se, gradualmente, ao longo dos anos 70 e 80 do século XIX. A retórica da degeneração se introduziu no pensamento e na crítica social, e assim permaneceu no período da *Belle Époque*, quando se tornou uma ideologia central, quase-oficial da República nascente (BORGES, 1993, p. 235-51), cativando também o senso-comum.

As “Cartas de Max Nordau” (médico e jornalista húngaro, autor do clássico *Entartung* de 1893, sucesso mundial de vendas, publicado no Brasil, já em 1896, com o título de *Degeneração*) tornaram-se um “grande sucesso literário” da *Gazeta de Notícias*: “As cartas giravam quase sempre em torno de problemas sociais e tinham grande repercussão, sendo largamente discutidas nos ambientes intelectuais” (BROCA, 1975, p. 222). A influência do pensamento degeneracionista é patente, também, não só nos comícios a favor da **Regeneração** da capital – expressão usada pelos cronistas para descrever as demolições e reconstruções que promoveram o “aformoseamento da cidade” (BILAC, 1907, p. 3) – mas na própria maneira como foram conduzidas as intervenções de revitalização, com a ênfase na ação terapêutica conjunta da ciência moderna e do Estado burocrático.

De todos degeneracionistas ilustres, aquele cujo legado parece mais atuante na confecção de *A alma encantadora das ruas* é Lombroso, citado nominalmente na reportagem sobre a mania da tatuagem entre os “atrasados morais” (RIO, 1987, p. 32), ou seja, entre toda a classe baixa do Rio de Janeiro. O ato da pintura corporal, segundo João do Rio, já começava a ser olhado com suspeita em nossa sociedade, guiada pela corrente das modernas idéias criminosas. Pelo visto, havia razão para tal desconfiança: numa visita à Detenção (“escola de todas as perdições e de todas as degenerescências” – RIO, 1987, p. 147), o inquiridor notou que raríssimos presos não possuíam tatuagens (p. 160). No presídio de mulheres, ocorria o mesmo: “mulatas ou negras, fúfias da última classe, alcoólicas e desordeiras”, todas as detentas estavam tatuadas – nos seios, nos ombros, nos braços, nas pernas, no ventre, nas mãos, algumas até na testa. Os riscos azuis e as manchas negras lhes davam um “aspecto bárbaro”, um “ar selvagem” (p. 167).

Em um desses enigmas que desafiavam a psicologia, aqueles que se deixavam tatuar por não ter mais o que fazer (em geral, “o elemento puro das aldeias portuguesas, o único quase incontaminável da baixa classe do Rio”) mostravam, sem rodeios, os braços tatuados, ao passo que os criminosos, os assassinos, “os que já deixaram a ficha no gabinete de antropometria” (RIO, 1987, p. 35), pelejavam para ocultar os desenhos em seus corpos.

Ainda mais intrigante era o fato de o preso amiúde trazer a coroa imperial riscada no braço ou no peito, alardeando sua predileção pela monarquia. Por que prefeririam eles Sua Majestade ao Dr. Rodrigues Alves? “É um mistério que só poderá ter explicação no próprio sangue da raça, sangue cheio de revoltas e ao mesmo tempo servil; sangue ávido por gritar **não pode!** mas desejoso de ter certeza de um senhor perpétuo.” (RIO, 1987, p. 162).

Ao lado da monarquia, Deus, a imprensa e o desejo de escapar da prisão assomavam como as principais obsessões dos encarcerados. Depois de alguma meditação, o narrador esboçou o lúgubre retrato de um país dirigido por essa gente:

“Um rei perpétuo governaria os vassallos, por vontade de Deus. Os vassallos teriam a liberdade de cometer todos os desatinos, confiantes na proteção divina, e a imprensa continuaria impassível no seu louvável papel de fazer celebridades” (RIO, 1987, p. 162-3). No fim das contas, seria substancialmente a mesma coisa que os “governos normais”, “[t]anto as idéias do povo são idênticas, quer seja ele criminoso quer seja honesto!” (1987, p. 163).

Carvalho (1987, p. 29) lembra, com propriedade, que a Monarquia caiu quando estava no cume de sua popularidade entre os pobres da capital, devido, em parte, à abolição da escravatura. As arbitrariedades cometidas contra as classes baixas durante as reformas urbanas (cujo planejamento não levou em conta os problemas de moradia, abastecimento e transporte das pessoas deslocadas – contra sua vontade – de seu bairro de origem para a periferia e subúrbios) só vieram aguçar a antipatia dessa parcela da população pelo novo regime.

Em *Alma encantadora das ruas*, nosso “jornalista adandinado” (CANDIDO, 1992, p. 81) não chega, por um instante sequer, a cogitar que os suspiros nostálgicos pela monarquia fossem, quem sabe, insuflados pelas frustrações trazidas pela República; como de hábito, ele se mostra convicto de que as respostas para as “atitudes incoerentes” da população se encontravam na “psicologia social” ou na **psicologia das multidões**, enunciada em 1891 no pioneiro tratado “científico” do sociólogo italiano Scipio Sighele, *A massa criminosa*, conforme Mattelart & Mattelart (1999). Segundo os dois estudiosos, o conceito de “crime de massa” acomodava para Sighele todas as “violências coletivas da plebe”, desde as revoltas públicas às greves operárias. Em toda multidão, havia, segundo ele, condutores (hipnotizadores) e conduzidos (hipnotizados) que os acompanhavam feitos zumbis graças à força da “sugestão”. Na segunda edição de *A massa*, publicada em 1901, as novas “formas de sugestão” representadas pelos órgãos de imprensa ocupam um lugar de destaque; o jornalista – sobretudo o da “literatura de processos” – é retratado como um agitador e seus leitores como “o gesso molhado sobre o qual sua mão deposita sua marca” (MATTELART & MATTELART, 1999, p. 29-32).

Dentro do quadro de referência da psicologia das massas, todo e qualquer movimento de protesto ou revolta das classes inferiores era tipicamente identificado como produto do atavismo, da ignorância, da irracionalidade, da manipulação por agitadores das ordens superiores. O indivíduo em multidão se comporta, na poética definição de Le Bon ([19?], p. 26), como “um grão de areia no meio de outros grãos de areia que o vento arrasta a seu bel-prazer”.

Uma das reportagens mais interessantes de *A alma encantadora das ruas* revela grave preocupação com a ascendência perniciosa que as “obras populares” vendidas pelos ambulantes (“folhetos sarabulhentos de crimes e de sandices” – RIO, 1987, p.

48) poderiam exercer sob a multidão carioca altamente sugestionável e potencialmente explosiva:

Essa literatura, vorazmente lida na Detenção, nos centros de vadiagem, por homens primitivos, balbuciada à luz dos candeeiros de querosene nos casebres humildes, piegas, hipócrita e mal feita, é sugestionadora de crimes, o impulso à exploração de degenerações sopitas, o abismo para a gentalha. (RIO, 1987, p. 49)

Servia de lastro a esses “romances mal escritos” tudo quanto havia de inferior – “a calúnia, o falso testemunho, o ódio” (RIO, 1987, p. 49). Figuravam, entre os títulos de maior sucesso, *Maria José, ou a filha que assassinou, degolou e esartejou sua própria mãe*, *Matilde do Rosário da Luz* (que começa como nas feiras: “Atendei, e vereis um crime espantoso, um crime novo, o maior de todos os crimes!”) e *Carlos Magno*, em que “um tal Reinaldos, ensanduichado em frases de louvor a Nosso Senhor, mete-se num rolo doido com os turcos, e o livro louva-o por ir degolando a cada passo um homem”. Somente esse único libreto era responsável por “mais mortes que um batalhão em guerra”:

Contam na Penitenciária que o Carlito da Saúde, preso a primeira vez por desordens, ao chegar ao cubículo, mergulhou na leitura do *Carlos Magno*. Sobreveio-lhe uma agitação violenta. Ao terminar a leitura anunciou que mataria um homem ao deixar a Detenção. E no dia da saída, alguns passos adiante, esfaqueou um tipo inteiramente desconhecido. (RIO, 1987, p. 49)

Quando essas histórias “sangrentas” e “sentimentalóides” vinham narradas em versos, a coisa tomava proporções de “puff carnavalesco”. Era o caso de *A despedida do João Brandão à sua mulher, filhos e colegas*, quadrinhas das quais já haviam sido vendidos mais de cem mil folhetos e das quais, diária e perpetuamente, se comercializavam mais volumes que o *Canaã*, de Graça Aranha. Uma “mistura paranóica de remorso, de tolices de religião, saudade e covardia” fazia destas quadras, lida nos cortiços com temor e pena, o “supra-sumo da estética emotiva da turba – cujos sentimentos oscilam entre o temor e ambição” (RIO, 1987, p. 49).

E não é que muitos ainda tinham a ousadia de reclamar do “veneno da literatura francesa”, que punha a perder “o cérebro das meninas nervosas” e aumentava “o nosso crescido número de poetas”! Que dizer, então, dos efeitos dessa sublitteratura, “pasto mental dos caixeiros de botequim, dos rapazes do povo, dos vadios, do grosso, enfim, da população”? Que dizer desses autores que iam “inconscientemente ministrando em grandes doses ao cérebro dos simples a admiração pelo esfaqueamento e o respeito da tolice?” (RIO, 1987, p. 50)

Em outras palavras: o mal estava nos olhos de quem lia. Acompanhando o estilo e as observações de *A alma encantadora das ruas*, podemos dizer que a literatura

francesa decadente, carregada de perversidade e satanismo, era um éter evanescente, um vício da aristocracia; os folhetos vendidos pelos *camelots* de livros, uma droga muito mais brutal e perigosa, o vício do populacho. Convinha não facilitar com essa gente: sob sua pele (precariedade) aculturada, repousava uma animalidade sempre prestes a dar o bote...

Despontando como uma forma inquietante de alteridade cultural, no palco de nossa presumida (nas duas acepções do termo) modernidade, essa tribo de selvagens, essa horda de bárbaros, ao mesmo tempo em que se apresentava como nociva para os padrões civilizatórios almejados pela elite, fornecia, à guisa de contra-exemplo, os materiais para a edificação desses modelos. Seria injusto, entretanto, desenhar uma caricatura tão sinistra da *Belle Époque* carioca, distinguindo-a negativamente por sua cerrada e inexcedível **vulgofobia** (gesto que, de algum modo, amortiza nossas dívidas futuras...). Equivocam-se aqueles que imaginam que, durante o período em pauta, o **popular** foi tratado invariavelmente a pontapés. O panorama cultural do ciclo que compreende o nosso assim chamado **pré-modernismo** é bastante mais complexo do que permite supor esse clichê indiferenciado. As manifestações afetivas, as atitudes intelectuais dos estratos superiores frente aos nossos selvagens urbanos tinham lá suas contradições internas, suas nuances diversas, toda uma série de dubiedades intrigantes que só um ato de violência teórica poderia forçar à homogeneidade de uma narrativa única.

A repugnância e o fascínio pelas multidões baixas costumavam caminhar de mãos dadas. Aos olhos dos integrantes de uma esfera sócio-cultural moldada (na prática ou num plano ideal) pela afirmação dos prazeres requintados e sublimados, pela celebração dos valores da racionalidade, do individualismo, da produtividade, do autocontrole das emoções e das funções corporais, o contingente mais pobre da população carioca se destacava por seu pendor para a ação irrefletida, para o “desperdício inútil de energias necessárias”, por sua ênfase na expressão corporal melodramática ou carnavalesca dos afetos e conflitos interiores, por sua intensa fisicidade... A assim conceituada **energia erótica bestial** do populacho (“Basta que vejamos o povo para ver o cio que ruge, um cio vago, impalpável, exasperante” (RIO, 1978, p. 259) emerge como um elemento perturbador da ordem; para manter as “classes perigosas” nos eixos, era imperiosa a vigilância policial constante e a sublimação coercitiva do trabalho físico, que pareciam nunca ser suficientes – a “canalha” se revelava infalivelmente disposta a dar livre curso a seus impulsos naturais, sem a menor consideração pela mais mezinha decência.

Mas o infrene e desabrido apetite sexual – motivo de ojeriza e apreensão – provocava, também, a inveja neurótica da gratificação instintual ilimitada. Encontramos, na reportagem sobre os tatuadores, de *A alma encantadora das ruas*, a manifestação de deslumbramento de um “supercivilizado” (como se dizia à época) frente à existência (viciosamente) simples e feliz dos primitivos. Nem bem acabara de aludir às advertências

da “moderna ciência criminal”, o autor se mostra envolvido pela concupiscência dos corpos tatuados:

Num meio de tão fraca ilusão, onde as miçangas substituem os *pendentifs* d’arte e a vida ruge entre o Desejo e o Crime, depois de muito ver os pobres entes marcados como uma cavahada - a cavahada da Luxúria e do Assassinato - , começa a gente a sentir uma concentrada emoção e a imaginar com inveja o prazer humano, o prazer carnal, que eles terão ao sentir um nome e uma figura debaixo da pele, inalteráveis e para todo o sempre.

[...] E eu compreendi que afinal tatuador deve ser uma profissão muito mais interessante que amanuense de secretária... (RIO, 1987, p. 34)

Como se vê, João do Rio era um extremista radical – professava absoluto desdém pela existência insossa das classes médias.² A preocupação heróica com a originalidade e a superioridade no vestuário, no procedimento moral, nos hábitos pessoais, no mobiliário, o chamado “estilo de vida”, enfim, do *dândi* materializava o protesto contra o prosaísmo da vida burguesa. O autor sabia, entretanto, que a indumentária singular e os maneirismos de conduta não bastavam para vencer o tédio (seu e dos leitores); era preciso esquadrihar, nos pólos das sociedades de classe, o que havia de mais raro, inopinado, anômalo, chocante... Boa parte de sua obra ficcional e jornalística dramatiza o encontro extraordinário entre a base e a ponta da pirâmide social. Ambas desrespeitam os cânones do justo, do honesto, da boa sociabilidade, porém com uma diferença elementar: a primeira se inclina ao mal pela irrecindível força do instintos, com a irresponsabilidade de quem ainda não adentrou nos domínios da Lei; a segunda pratica iniquidades voluntária e voluptuosamente; não ignora a Lei, executa todos os males de forma cultivada e racionalizada, por desfastio.

Numa descrição apimentada – mirabolante, às vezes – João do Rio apresenta o perímetro fantasmático do **popular** como um cenário social capaz de propiciar todas

² “Para conhecer uma cidade vale conhecer a camada alta e a camada baixa. A média é perfeitamente inútil e desinteressante. Entre o escol urbano meio nervrosado e a canalha, sempre relações misteriosas, e curiosos pontos de parecência. O burguês, o financeiro, a classe central é de uma mediocridade enervante.” (RIO, 1909, p. 1); “A miséria de Lisboa! Eu sempre tive como princípio de que só são realmente interessantes os ricos e os miseráveis. Um sujeito da mediana burguesia não é um assunto em tempo algum, senão para o aborrecimento de quem o analisa e ainda mais de quem lê tais análises. Com os ricos está a Sorte, contra os infelizes a mesma Sorte. No normal, o Destino, o Fado não aparece.” (RIO, 1911a, p. 67-8); “Nas sociedades organizadas, há uma classe realmente sem interesse: a média, a que está respeitando o código e trapaceando, gritando pelos seus direitos, protestando contra os impostos, a carestia da vida, os desperdícios de dinheiros públicos e tendo medo aos ladrões. Não haveria forças que me fizessem prestar atenção a um homem que tem ordenado, almoça e janta à hora fixa, fala mal da vizinhança, lê os jornais de oposição e protesta contra tudo. Nas sociedades organizadas interessam apenas: a gente de cima e a canalha. Porque são imprevisíveis e se parecem pela coragem dos recursos e a ausência de escrúpulos.” (RIO, 1916, p. 7); “Mais irritante do que um socialista só um burguês respeitável. O segundo é a violência do primeiro virada em *pol-au-feu* do direito. O socialista arremete e deixa-se enganar. O burguês recua e engana os outros. Um é o assalto ao bem-estar, o outro é o eunuco do bem-estar. Ambos, porém, se confundem na incapacidade de compreender...” (RIO, 1916a, p. 1245).

as oportunidades para a fruição de emoções raras, sensações mais intensas, excêntricas à formação da burguesia finissecular; para o exercício de perversões sexuais e do bom-gosto entronizado. Não nos enganemos: mais do que qualquer eventual compromisso ético ou prurido filantrópico, era essa a raiz da comisseração do escritor carioca pelo bota-abixo do “velho Rio antigo e singular, tão curioso e tão característico” (RIO, 1909b, p. 214), onde a autenticidade dos sentimentos e a força dos instintos tinha prioridade sobre os compromissos com o cálculo e a razão.

O progresso, a higiene, o conforto haviam, de sua parte, redundado num nivelamento desenxabido das almas, dos gostos e dos costumes: “As cidades que não são civilizadas são exóticas, mas quão mais agradáveis. Não há avenidas, há outras coisas e quem vinha ao Rio gozava o interesse de uma cidade diferente das outras e tão curiosa no seu feitio” (RIO, 1909b, p. 214).

Entre os deleites suprimidos pela operação de cirurgia urbana, estava o da visita ao velho mercado da Praça XV. Quem é que nunca ficara empolgado com a “pletora de vida” do lugar, sua “abundância e riqueza, miséria e vagabundagem” (RIO, 1909b, p. 216)?

Ao lado de rapazes que mourejavam desde pela madrugada entre montanhas de vegetais e ruínas sangrentas de carne, rastejando por entre as fortunas feitas às braçadas no desencaixotar das cebolas e dos alhos, viviam e morriam com fome garotos esqueléticos, vagabundos estranhos, toda a vasa do crime, do horror da prostituição, bem identificada à vasa cheia de detritos da velha doca e da rampa. Noite e dia aquela gente, que tinha um calão próprio e vivia separada da cidade, labutava, e era uma sensação esquisita sentir-lhes os vários aspectos... (RIO, 1909b, p. 216)

Não era apenas o consumo dos mais dispendiosos e invulgares produtos do comércio internacional que afiançava a construção de um estilo de vida distintivo; **consumir** (“absorver”; “comer”; “devorar”; “gastar ou corroer até a destruição”) o **popular**, no velho mercado, era o especialíssimo privilégio de classe de artistas e intelectuais pequenoburgueses que podiam dar-se ao luxo de flunar pelo espaço social. Toda a fabulosa heterogeneidade do velho mercado, no entanto, ficara para trás com a construção do novo mercado, “elegante e moderno”, “calçado, arejado, **avenidado**”, sem o “consolador mistério da canalha”, idêntico a todos os outros (RIO, 1908a, p. 1). Caía por terra mais uma parte “bizarra”, “curiosa”, “empolgante” da cidade. E o pior: sem nenhum escritor/jornalista que lhe fixasse a alma a desaparecer..

O mesmo João do Rio, que, em outras ocasiões, reivindicara para si uma posição interpretativa privilegiada, não se mostra, naquele instante, tão seguro de poder ofertar um relatório legítimo e preciso do *habitat natural* da população. Trazendo à tona a dificuldade de todos etnógrafos urbanos em manter uma retórica objetiva, racional, distanciada, o autor admite que a paixão e uma visão excessivamente indulgente

poderiam contaminar sua investigação da paisagem caótica da cidade: “Eu sinto-a, eu gozo-a. É o meu mais intenso prazer. O inquérito deveria ser feito por um impassível, mesmo porque se eu o escrevesse deixaria de ser uma obra documentativa para ser apologia.” (RIO, 1908a, p. 1).

Alguém, decerto, objetará que tudo isso não passava unicamente de “esquisitices morais” ou mesmo de pura invencionice, mistificação do *flanêur* carioca, obstinado em conferir uma aura de excepcionalidade e insolência à sua biografia, almejando reeditar, aqui, o escândalo provocado por Oscar Wilde, na Londres vitoriana. Nem tanto, nem tanto: “Já notaram como a miséria interessa e agrada sempre ao confortado, pelo pitoresco que encerra, pelo que representa como assunto capaz de alegrar-lhe os olhos e o espírito?”, indagou Edmundo (1957, p. 252), salientando que, nas capas das revistas elegantes, a “figura andrajosa de um mendigo deleita, recreia, satisfaz”.

O turista de bom-tom – prossegue Edmundo – a primeira coisa que deseja visitar numa grande cidade é o antro da pobreza. Assim agiam, por exemplo, os “corajosos ingleses” que desciam no Cais Pharoux, no início do século, de “roupa xadrez, boné de pala e binóculo a tiracolo, indiferentes aos perigos da febre amarela” (1957, p. 177). Paravam, satisfeitos e divertidos, no “dédalo miserável e rumoroso” (EDMUNDO, 1957, p. 177). Faziam perguntas, disparavam máquinas fotográficas... “É a Suburra carioca, bazar risonho e colorido da miséria. Por que não fotografá-lo e retê-lo?” (1957, p. 177). Havia mesmo quem não compreendesse o mundo privado dessas intensas contradições, dessa graça dos contrastes...

A gratificação voyeurística com os instântaneos da vida primitiva não era, ao contrário do que se possa imaginar, uma prerrogativa irrevogável de gênero. Sem descer aos pormenores escabrosos dos colegas literatos, Carmem Dolores³ exortou seu “leitor aristocrático” de *O País* a assistir, no Passeio Público, à alegria dos pobres endomingados – “um formigar de gente; um formigar de plebe”. Valia a pena “olhá-la, analisá-la, sentir-lhe o calor borbulhante, a irrequietação...” (DOLORES, 1910a, p. 111). Ao contrário dos ricos sedentários, “cujo divertimento não custa esforços, só exige a ordem que avance o automóvel ou landau”, a legião de domingueiros desafiava todos os cansaços.

A satisfação profunda do populacho com o “desperdício inútil de energias necessárias” (DOLORES, 1910a, p. 115) era o que mais intrigava e maravilhava a autora: “E aproveitam, caminham, erram, contemplam. Um cheiro azedo de suor

³ Nome literário de Emília Moncorvo Bandeira de Melo, nascida no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1852, e falecida em 16 de agosto de 1910. Ignorada pela historiografia literária, fez carreira de sucesso como cronista, romancista e contista durante a *Belle Époque*. Publicou suas crônicas de 1905 até 1910, na coluna dominical “A Semana”, na primeira página de *O País*, então o jornal de maior tiragem da América do Sul. Entre seus temas favoritos, a luta a favor da lei do divórcio e da educação da mulher (VASCONCELLOS, 1999).

paira sobre a cidade inteira, com o cunho dominical, forte e característico” (1910a, p. 116). Um espetáculo imperdível, nunca é demais repetir:

A nota é curiosa, eu te garanto, e pode servir de lição a teu spleen. Tu te divertes com indolência e fastio, quando tens tudo. O povo se regala com entusiasmo quando nada tem senão canseira e trabalho. É pitoresco, mas também é pungente. Sim, é pungente, não achas, leitor? (DOLORES, 1910a, p. 116)

Pitorescas, pungentes, o certo é que as folganças imprevidentes da arraia-miúda contrastavam com o fastio dominical dos civilizados. Deveras aborrecida com a leitura dos jornais e do *Fabulário*, de Coelho Neto, Dolores (1910b, p. 206) voltou a declarar publicamente a “inveja” com que espreitava, da janela, a algazarra de seus vizinhos plebeus: “A exuberância do domingo é o regalo do povo, a grande jovialidade plebéia, violenta e comunicativa, que se desabotoa em gaiatices infantis e turbulentas. Eu, no entanto, sem *verve*, sem prazer, só enxergo no domingo um tédio maior”.

Nem sempre bastava observar do alto, fitar à distância (com olhar de *scholar* ou de policial) as sacudidas diversões do populacho. A turba mobilizava potencialidades sinistras; dava arrepios – de medo e prazer. Era duro resistir à extravagância sensual da multidão; atraente, insidiosa, ela convidava a uma imersão sem reservas, a uma temerária e deliciosa perda momentânea de si mesmo. Desnecessário dizer que era o controverso carnaval que melhor atendia à devoradora vontade da elite de, vez ou outra, “acanalhar-se” – vontade que, a um só instante, demandava satisfação e ocultamento (RIO, 1978, p. 262). Nessas circunstâncias especiais, mesmo o cheiro das massas cariocas passava de nauseante, vomitivo, a prodigioso excitante: “Um cheiro estranho, misto de perfume barato, *fartum*, poeira, álcool, aquecia ainda mais o baixo instinto da promiscuidade” (RIO, 1987, p. 19), registrou o repórter de *A alma encantadora das ruas*, durante o reinado de Momo.

Meio a contragosto, ele enfrentava, com um amigo, a Rua do Ouvidor apinhada de carnavalescos. Do Largo de S. Francisco à Rua Direita, distribuídas em 20 cordões e 40 grupos, 50 mil pessoas se divertiam, dançando, gritando, rufando tambores... O colega folião se esfalfava no meio do pandemônio – igual a ele, um grupo de jovens acadêmicos (futuros diplomatas e futuras glórias nacionais), que berrava furioso cantigas carnavalescas.

Agastava-se, no entanto, o narrador com o ajuntamento despuadorado dos cordões... “Oh! estes cordões! Odeio o cordão”. Em resposta à sua querela, ouve do parceiro de farra um longo discurso sobre a história dos cordões e suas delícias singulares: “Os cordões são os núcleos irredutíveis da folia carioca, brotam como um fulgor mais vivo e são antes de tudo bem do povo, bem da terra, bem da alma encantadora e bárbara do Rio” (RIO, 1987, p. 91). Era preciso admirar a confusão, o caos ululante, a vida paroxismada, os desejos tendidos, os sentimentos e os fatos dos anos revirados de ponta-cabeça... O narrador – “homem frio” – hesita, custa a convencer-se; como era

previsível, termina cedendo, e deixa-se levar rua abaixo pela corrente impetuosa da massa negra, “amarrado ao triunfo e à fúria do Cordão!...” (RIO, 1987, p. 97).

As louvações carnavalescas do autor eram, porém, anualmente atravancadas pelo “cortejo das frases conselheiras” (RIO, 1909a, p. 59) que acompanhava o início do Tríduo de Momo. Ladainha tanto mais irritante quanto se tratava de um folgado de que o carioca deveria orgulhar-se: “Não há no mundo festa igual a este carnaval do Rio em que a gente pode cometer todas as loucuras e rir e folgar e ser alegre”. Isso justamente numa época em que todos os povos viviam “mais ou menos tristes” (RIO, 1908b, p. 1).

Porém, atenção: havia que se diferenciar a “alegria convulsiva do carnaval delirante, despedaçante dos cordões suarentos, dos bosques, dos tambores, o carnaval da rua e dos bailes públicos”, da sensaboria do “carnaval elegante com fatos de seda e complicações de bailes ultraperfeitos” (RIO, 1908b, p. 1). Somente o primeiro possibilitava uma “distensão nervosa dos trezentos e quarenta e dois dias de tristeza geral”, livrando os habitantes de Sebastianópolis daquele “tédio de semana santa” em que se arrastavam o ano inteiro:

Nós somos uns sujeitos tristes, preocupados com o que podem dizer de nós [...] Como vamos tristes ao teatro! Como rimos tristemente! Depois, não ganhamos muito dinheiro, mas trabalhamos a toda as horas e as horas de descanso pensamos no trabalho. (RIO, 1910, p. 1)

De acordo com João do Rio, a interação coletiva e a deferência às demandas voluptuosas do corpo, no decurso da festa, serviam para contrabalançar asfixiantes inibições e constrangimentos civilizatórios (RIO, 1908b, p. 1; 1910, p. 1; 1916b, p. 16). Para a felicidade geral da nação, essas experiências liminares eram devidamente circunscritas, funcionando como intervalos de desregramento bem demarcados em relação à rançosa rotina da vida cotidiana:

É a grande sangria das turbas e com uma esplêndida qualidade: a de ser um prazer à data fixa para todo mundo. Assim, quando acaba, acaba também para todos, e hoje, podemos dizer que a cidade acorda da sagrada orgia. (RIO, 1908c, p. 1)

Em dia de azedume incomum, o “Cinematógrafo” termina com um puxão de orelha no leitor relapso que ainda curtia a ressaca das estripulias carnavalescas:

Mas por que divagas? Que fazes tu a rememorar? Levanta-te homem! O único símbolo incansável esta aí à espera, está sempre à espera. Levanta-te e compreende que se o Prazer das multidões não tivesse data fixa, a crise do Trabalho, a confusão e o desarranjo social haviam de vir de repente, o mal de ‘cair na pândega’ atacaria as classes e levaria tudo água abaixo. Levanta e perde o automóvel das diversões para retornar o normal da labuta e da desilusão. (RIO, 1908c, p. 1)

Momento de iconoclastia criativa e resistência popular prazerosa? Veículo para o protesto social das classes baixas? Presságio de violência insurrecional? Não são esses elementos que tipificam a transgressão carnavalesca, na ótica de João do Rio. A essência da festa é a promiscuidade social e sexual (rigidamente cronometrada) que promovia o desejo de nivelamento e a harmonia entre as classes, unidas “no mesmo riso, no mesmo desejo, e no mesmo ato, na mesma pândega”. Não obstante o seu jeitão radical, o “Prazer das multidões” era, portanto, intrinsecamente conservador – purgada das tensões sociais e sexuais, a ordem estabelecida saía resguardada e fortalecida da “crise carnavalesca”...

Devidamente consumido, o **popular** (mais vital e autêntico) fazia vibrar as cordas gastas da sensibilidade enfraquecida do supercivilizados, comutando-se num bálsamo para os mal-estares, as prostrações, as neuroses, a neurastenia, os desesperos, as paixões factícias da vida moderna – uma espécie de **lama medicinal**... Os redutos que, nas regiões mais baratas da cidade, **continham** os desclassificados sem trabalho reconhecido, sem um nicho econômico seguro na ordem capitalista de produção, ganhavam, nesse sentido, ares de insólitas **estações de cura**. Era o caso do morro de Santo Antônio, “verdadeiro arraial de infortúnio, chaga cruciante da miséria” (EDMUNDO, 1957, p. 249), refúgio de tipos andrajosos, figuras sinistras, trapos humanos... e turistas acidentais, como Edmundo. Antes dele, João do Rio (1911b), interessado numa boa seresta, já visitara aquele “livre acampamento da miséria” – “arraial da sordidez alegre” e da “miséria cantadeira”.

A exemplo de Marx e Engels, o escritor carioca identificava toda aquela “massa indefinida e desintegrada” (MARX, 1977, p. 70-71) residente no morro com a imunidade à transformação histórica. Todavia, enquanto os dois pensadores deploravam a ausência de consciência revolucionária do *lumpemproletariado* (só para lembrar, “*Lumpen*” significa “lixo”, em alemão), João do Rio enxergava naquele “povo vigoroso, refestelado na indigência em vez de trabalhar, conseguindo bem no centro de uma grande cidade a construção inédita de um acampamento de indolência livre de todas as leis”, um admirável **estado de exceção** (ou mesmo, um **enclave de resistência**) à dinâmica homogeneizadora da modernização capitalista do começo do século XX. A despeito da “escandalosa simpatia” firmada entre João do Rio e os bilontras do morro de Santo Antônio, a imunidade de artistas e intelectuais para vagarear por ali não era irrestrita. O lado selvagem da metrópole continuava oferecendo perigo aos abelhudos. E não se tratava apenas da perspectiva temibilíssima de uma regressão sem volta na escala evolucionária – o receio de contaminação que se apossava de todos exploradores sociais tinha, naquelas bandas, origem mais palpável: “De repente, lembrei-me que a varíola caíra ali ferozmente, que talvez eu tivesse passado pela toca de variolosos. Então, apressei o passo de todo” (RIO, 1911b, p. 152).

Como deixa claro a exposição dos parágrafos anteriores, para os historiadores culturais, o legado mais fundamental das crônicas e reportagens de João Rio sobre os

habitantes da porção exótica e erótica da cidade não é o **conteúdo informativo**, o **valor documental**. Tal qual os relatos acerca do “primitivo” e do “oriental” escritos por viajantes, conquistadores e cientistas europeus do século XIX, seu discurso a respeito dos “bárbaros” cariocas não era moldado única e imaculadamente pela observação zelosa e isenta dos modos de vida forasteiros, mas, também, pelo fenômeno da projeção, na cultura alheia, de ansiedades e recalques, medos e desejos profundos. A importância e atualidade, como objeto de estudo, dos textos do multifacetário João do Rio reside mais, portanto, no fato de eles serem em relevo, com eloquência ímpar, as resistências internas e externas que limitam a representação literária do **Outro** extremo – um projeto que parece, hoje, ainda longe de ter esgotado seu encanto radical e seu atrativo mercadológico.

FREIRE FILHO, João. Stereotypes and alterity: the ideological construction of the *Other* in João do Rio’s “journalistic investigations”. **Itinerários**, Araraquara, n. 22, p. 135-153, 2004.

- *ABSTRACT: The “mysteries and miseries” genre emerged as a favorite one in Europe and the United States, around the middle of the nineteenth century. It focused on the metropolis and the nature of modern delinquency, and was written in a style which accepted and translated the knowledge of the emerging scientific disciplines. Inspired by the tremendous popularity of Eugene Sue’s Les Mystères de Paris (1843) and its successors, João do Rio adapted its style and subject matter to local conditions. In A alma encantadora das ruas (1908), the author describes the new Rio de Janeiro polarized between the snobbish upper class and the degraded, often vicious, poor. The hidden city of the dispossessed is depicted as a dark continent, populated by primitive natives, arousing at once desire and disgust. For this reason, in contrast with prevailing opinion, I argue that the book can be seen by cultural historians as a rich source of information about the new urban reader’s ideologies and anxieties, moral conflicts and sexual ambivalences, rather than as an accurate and sympathetic portray of the lower orders’ social and cultural life.*
- *KEYWORDS: João do Rio; literary representation; cultural history; stereotype; alterity; low classes; bourgeois reader.*

Referências

- BARRETO, L. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. São Paulo: Ática, 1984.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BILAC, O. Crônicas. **Kosmos**, p.3, out.1907.

BORGES, D. Puffy, ugly, slothful and inert: degeneration in Brazilian social thought, 1880-1940. **Journal of Latin American Studies**, v.25, p.235-56, 1993.

BROCA, B. **A vida literária no Brasil**: 1900. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

CANDIDO, A Radicalidade de ocasião. In: _____. **Teresina etc.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DARMON, P. **Médicos e assassinos na Belle Époque**: a medicalização do crime. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

DIJKSTRA, B. **Evil sisters**: the threat of female sexuality and the cult of manhood. New York: Alfred Knopf, 1996.

DOLORES, C. Cada um como pode. In: _____. **Ao esvoaçar da idéia**. Porto: Chardon, 1910a p.111-18.

DOLORES, C. Dia de tédio. In: _____. **Ao esvoaçar da idéia**. Porto: Chardon, 1910b. p.205-10.

DOUGLAS, M. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EDMUNDO, L. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

GRIECO, A. **A evolução da prosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ariel, 1933.

HERMAN, A **A idéia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE BON, G. **Psicologia das multidões**. Mem Martins: Europa-América, [19?].

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MEADE. T. **A Civilizing Rio**: reform and resistance in a Brazilian city 1889-1930. University Park, Pennsylvania: Pennsylvania Univ. Press, 1997.

MATTELART, M.; MATTELART, A. História das teorias da comunicação. São Paulo: Loyola, 1999.

MENEZES, R. de. **Bastos Tigre e la Belle Époque**. São Paulo: EDART, 1966.

MEYER, M. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NEEDELL, J. D. The revolta contra vacina of 1994: the revolt against modernization in Belle-Époque Rio de Janeiro. **Hispanic American Historical Review**, v.67, n.2, p.233-69, 1987.

NEEDELL, J. D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RIO, J. do. Cinematographo. **Gazeta de Notícias**, p.1, 12 jan. 1908a

RIO, J. do. Cinematographo. **Gazeta de Notícias**, p.1, 1 mar. 1908b.

RIO, J. do. Cinematographo. **Gazeta de Notícias**, p.1, 8 mar. 1908c.

RIO, J. do. Os apaches de Paris. **Gazeta de Notícias**, p.1, 21 abr. 1909.

RIO, J. do. Máscaras de todo ano. In: _____. **Cinematographo**. Porto: Chandron, 1909a. p.59-66.

RIO, J. do. O velho mercado. In: _____. **Cinematographo**. Porto: Chandron, 1909b. p.213-8.

RIO, J. do. Cinematographo. **Gazeta de Notícias**, p.1, 13 fev. 1910.

RIO, J. do. O bem das viagens. In: _____. **Vida vertiginosa**. Paris: Garnier, 1911a. p.155-67.

RIO, J. do. Os livres acampamentos da miséria. In; _____. **Vida vertiginosa**. Paris: Garnier, 1911b. p.143-52.

RIO, J. Do. **Crônicas e frases de Godofredo de Alencar**. Lisboa: Bertrand, 1916.

RIO, J. do. **Revista da Semana**, p.1245, 19 fev. 1916a.

RIO, J. do. Poeau. **Revista da Semana**, p.16, 4 mar. 1916b.

RIO, J. do. (1910). O carro da semana santa. In: _____. **Dentro da noite**. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Livro, 1978. p.257-68.

RIO, J. do. (1908). **A alma encantadora das ruas**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

STALLYBRASS, P.; WHITE, A **The politics and poetics of transgression**. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1986.

SWART, K. W. **The sense of decance in nineteenth-century France**. New York: The Hague, 1964.

THIESSE, A M. L'éducation sociale d'un romancier: les cas d'Eugène Sue. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n.32/33, p.51-64, 1980.

VASCONCELLOS, E. Carmem Dolores. In: VASCONCELLOS, E.; LUPINACCI, Z. M. (Org.). **Escritoras brasileiras no século XIX**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. p.500-8.

■ ■ ■